

A ORGANIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR DE BASE AGROECOLÓGICA EM PELOTAS/RS¹

THE ORGANIZATION OF THE FAMILY FARMS OF AGROECOLOGICAL BASE IN PELOTAS/RS

Roberto Antônio Finatto

Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC
robertofinatto@gmail.com

Walquiria Corrêa

Profa. Dra. do Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina
kiriakc@hotmail.com

Resumo

A agroecologia emergiu como uma estratégia de produção na agricultura familiar que concilia geração de renda, preservação ambiental e valorização social do agricultor. A agricultura familiar tornou-se o principal *locus* para o desenvolvimento deste sistema de produção, visto que, as características particulares da organização familiar melhor comportam os princípios e práticas agroecológicas. Diante disso, este artigo tem como objetivo analisar o processo de organização do sistema de produção agrícola de base agroecológica no município de Pelotas, evidenciando seu significado para a reprodução da agricultura familiar. Para a efetivação da pesquisa adotaram-se os seguintes procedimentos metodológicos: realização de entrevistas (semi-estruturadas) com os agricultores familiares de base agroecológica e os informantes qualificados do município que desenvolvem atividades voltadas à produção agroecológica, visitas às unidades de produção e cooperativas no município. O sistema de produção agroecológico começou a se desenvolver em Pelotas na década de 1980 envolvendo, inicialmente, um número reduzido de agricultores. Com o avanço das iniciativas ocorreu à organização dos produtores em associação e cooperativas. A agroecologia tornou-se uma alternativa de renda viável, possibilitando reduzir os impactos ambientais e os riscos em relação à saúde dos agricultores e dos consumidores. Sendo assim, existem possibilidades de expansão da agroecologia, mas, para tanto, se faz necessário maior apoio do poder público.

Palavras-chave: Agroecologia, Agricultura familiar, Espaço rural, Desenvolvimento rural.

Abstract

The agroecology emerged as a production strategy on family farms, matching income, environmental preservation and the farmer's social valorisation. The family farms became the main *locus* for the development of this production system, since the particular characteristics of the family organization better fit the agroecological principles and practices. Considering that, this article aimed on the analysis of the organization process of the agricultural system of agroecological base in the municipality of Pelotas, evidencing its meaning for the reproduction of the family farms. The following methodological procedures were used to carry the research: interviews (semi-structured) with the family farmers of agroecological base and the qualified informers from the municipality that develop activities related to the agroecological production, visits to the production units and cooperatives in the municipality. The agroecological production system started to develop in the municipality in the 1980's, involving initially a reduced number of farmers. With the advance of the initiatives the organization of the producers in associations and cooperatives occurred. The agroecology became a viable income option, making possible to reduce the environmental impacts and the risks to the health of the farmers and consumers. Therefore, there are possibilities for expansion of the agroecology, but for that, more support from the public sector is needed.

Key words: Agroecology, Family farms, Rural space, Rural development.

Introdução

As formas técnicas e sociais de produzir na agricultura sofreram significativas transformações ao longo do tempo. Com o aprimoramento da técnica² as paisagens agrícolas foram alteradas pelo trabalho humano, tornando-se carregadas de objetos artificiais. “Assim, a paisagem criada se distancia da paisagem natural numa extensão que é proporcional ao nível da técnica usada na ação da seletividade. A determinante é a busca contínua do aumento da produtividade” (MOREIRA, 2007, p. 42).

No espaço rural brasileiro as alterações da base técnica da agricultura intensificaram-se, sobretudo a partir da segunda metade do século XX. Marcadas pela forte influência do Estado, as transformações atrelaram-se a distintos interesses e formas de ocupação e usos do espaço geográfico. O processo de reestruturação produtiva do espaço rural (ELIAS, 2002; 2007) desencadeado pela modernização, configurou espaços agrícolas caracterizados pelo uso intensivo de capital e elevados índices de produtividade.

A agricultura familiar que, até então, havia recebido pouca atenção das políticas públicas - visto que os projetos de modernização foram concebidos e direcionados aos médios e grandes proprietários rurais - passou a manifestar suas reivindicações por meio de organizações como sindicatos, cooperativas e associações de agricultores.

Assim, em meio a uma conjugação de interesses internacionais e nacionais emergiu um conjunto de mudanças relacionadas às políticas públicas voltadas à agricultura familiar. A partir da década de 1990, este segmento passou a receber maiores incentivos, sobretudo a partir da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF em 1996. Como consequência, ocorreu maior diversificação das atividades produtivas no espaço rural, sobressaindo-se o turismo, a agroindustrialização de base familiar e a produção agroecológica. Além disso, surgiram novas práticas de associativismo e cooperativismo objetivando promover e fortalecer as iniciativas de geração de renda e emprego no campo.

No contexto da presente pesquisa, destaca-se a emergência da agroecologia, sendo esta considerada “[...] uma nova abordagem que integra os princípios agronômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo” (ALTIERI, 1998, p.18). A agroecologia é uma importante forma de produção agrícola que está sendo valorizada pelo mercado por utilizar técnicas alternativas de produção e resgatar alguns elementos da agricultura tradicional.

Dessa forma, a agroecologia se consolidou como uma importante atividade produtiva e vem garantindo a reprodução socioeconômica de várias famílias em determinados pontos do campo brasileiro.

No caso do município de Pelotas, *lócus* desta pesquisa, a produção agrícola de base agroecológica³ emergiu como possibilidade para geração de renda de agricultores descapitalizados. Neste sentido, destaca-se a importância das iniciativas desenvolvidas por organizações como a Pastoral Rural, ligada à Igreja Católica e o Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, ligado à Igreja de Confissão Luterana no Brasil, além de organizações não governamentais para difundir a agroecologia, articular a formação de grupos e capacitar os agricultores no município.

Procedimentos metodológicos da pesquisa

Os procedimentos para o estudo de caso centraram-se na análise qualitativa das informações levantadas em campo. A pesquisa qualitativa se apresentou apropriada aos objetivos propostos, pois a finalidade deste tipo de pesquisa é “[...] explorar o espectro de opiniões, as diferentes representações sobre o assunto em questão” (GASKELL, 2003, p.68).

Diante disso, a entrevista foi o principal recurso utilizado no campo para evidenciar a realidade empírica. O trabalho de campo no município foi realizado em duas etapas. Primeiro, no mês de julho de 2008 visando aprofundar o conhecimento sobre a organização da produção agrícola familiar de base agroecológica, conhecer o funcionamento das cooperativas e da associação (coletar informações secundárias e estabelecer os primeiros contatos).

A segunda etapa foi realizada em maio de 2009. Este momento foi marcado pela realização de entrevistas que, juntamente com a observação e análise da organização da produção (visitas às unidades produtivas, às cooperativas e às feiras-livres de produtos), permitiram a obtenção das informações necessárias ao desenvolvimento da pesquisa.

As entrevistas - baseadas em roteiros semi-estruturados - foram realizadas com informantes qualificados⁴ e agricultores ligados às três instituições que desenvolvem a produção de base agroecológica no município, a saber: Cooperativa Sul-Ecológica, Cooperativa ARPASUL e a Associação ARPA-SUL. Foram realizadas 05 entrevistas com informantes qualificados e 10 com os agricultores. Entre os agricultores, buscou-se entrevistar aqueles que não se localizavam fisicamente próximos. Foram entrevistados agricultores feirantes, não-feirantes e outros que estão iniciando a produção de base agroecológica⁵.

Agricultura familiar: algumas considerações

O conceito de agricultura familiar emergiu nos estudos acadêmicos na década de 1990 para dar conta da nova dinâmica pela qual a agricultura camponesa estava passando, ou seja, sua maior inserção na economia de mercado globalizada. De acordo

com Caume (2009) esta categoria substituiu termos até então muito utilizados como agricultura de baixa renda, pequena propriedade, agricultura de subsistência, entre outros.

Diante disso, o conceito de agricultura familiar tornou-se amplo e pode abarcar situações distintas em que a família representa a principal força de trabalho empregada na unidade produtiva. Assim, conforme Wanderley (2001, p.52), “essa categoria é necessariamente genérica, pois a combinação entre propriedade e trabalho assume, no tempo e no espaço, uma grande diversidade de formas sociais”.

Uma importante definição de agricultura familiar é aquela criada por Lamarche (1993), para este autor,

[...] a exploração familiar corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família. A interdependência desses três fatores no funcionamento da exploração engendra necessariamente noções mais abstratas e complexas, tais como a transmissão do patrimônio e a reprodução da exploração (LAMARCHE, 1993, p. 15).

A presença da mão-de-obra do grupo familiar na execução das atividades agrícolas é fundamental para caracterizar uma unidade produtiva como familiar. Agregam-se a este fator, os elementos que, muitas vezes, a lógica familiar engendra, como: descentralização na gestão da unidade, presença de relações de ajuda mútua entre os agricultores e, em grande parte dos casos, o sentimento de pertencimento a terra e ao lugar onde vive.

Não se pretende aqui, fazer alusão a um “modelo ideal” de agricultor familiar que, sabe-se, seria possível apenas em nível teórico. Mas pretende-se reconhecer os traços específicos da agricultura familiar que a diferem, principalmente, da agricultura capitalista.

O agricultor familiar moderno assumiu diversas formas organizacionais no espaço rural em nível mundial. Mesmo mantendo as particularidades do contexto histórico de cada país, pode-se afirmar que, em grande parte dos casos, “o agricultor moderno apresenta-se então como um personagem híbrido acumulando nele mesmo uma tríplice identidade: proprietário fundiário, empresário privado e trabalhador” (JEAN, 1994, p.53).

Esta habilidade em tornar-se um agricultor moderno, deve-se, em parte, ao fato de que os agricultores familiares “[...] são sensíveis aos estímulos de mercado, absorvem tecnologia moderna e produzem eficientemente podendo, portanto, produzir alimentos e matérias-primas em quantidade e qualidade requeridas pela expansão do setor urbano-industrial”. (GUANZIROLI et al., 2001, p. 16 e 17)

A posição de agricultor moderno assumida pela agricultura familiar, em muitos países do mundo, só foi possível diante de suas condições sócio-espaciais e do eficiente e sistêmico apoio das políticas estatais. Caume (2009) afirma que a presença da agricultura familiar empresarial na Europa, Estados Unidos e Japão não é resultado apenas da capacidade de transformação interna e externa dos agricultores, mas, sobretudo, uma opção política resultante do forte apoio do Estado.

Nesse mesmo sentido, Abramovay (2007, p.29) afirma que “é fundamentalmente sobre a base de unidades familiares de produção que se constituiu a imensa prosperidade que marca a produção de alimentos e fibras nas nações mais desenvolvidas”. Pode-se dizer assim que,

[...] as características que assumem as formas familiares de produção na agricultura contemporânea não são frutos de opções individuais, mas conseqüências dos constrangimentos impostos pelo contexto sócio-econômico e político em que os produtores estão inseridos (CAUME, 2009, p.21).

No espaço rural brasileiro o segmento de produção agrícola familiar assumiu inúmeras formas de reprodução. Mesmo diante da falta de incentivos por parte do Estado para a produção familiar na agricultura, sobretudo no período da modernização da agricultura, uma significativa parcela de agricultores manteve as características das unidades de produção familiar, criou novas estratégias para geração de renda e permaneceu no campo, sendo este o caso dos agricultores de base agroecológica de Pelotas, como será demonstrado posteriormente.

De acordo com o Censo Agropecuário de 2006⁶, a agricultura familiar no Brasil soma 4.367.902 estabelecimentos agrícolas (84,4% do total) e ocupa 24,3% da área dos estabelecimentos agrícolas. O Valor Bruto da Produção – VBP da agricultura familiar soma 54 bilhões de reais, o que corresponde a 38% do total. Um dado expressivo é a

quantidade de mão-de-obra ocupada na agricultura familiar totalizando 12,3 milhões de pessoas (74,4%). Comparativamente, os estabelecimentos não familiares empregam 4,2 milhões, ou seja, 25,6% do pessoal ocupado.

A agricultura familiar brasileira é marcada por uma heterogeneidade de características tanto em sua estrutura organizacional interna (disponibilidade de mão-de-obra, descentralização da gestão da unidade, entre outros), quanto pela diversidade dos produtos cultivados e animais criados.

Em relação à produção de alimentos pela agricultura familiar, merece destaque o cultivo de mandioca e feijão e a produção de leite e suínos. Com base nos dados anteriormente apresentados pode-se constatar a grande importância social do segmento familiar no campo brasileiro, sobretudo em relação ao significativo emprego de mão-de-obra. Sua eficiência produtiva também não pode ser questionada, visto que dispendo de apenas 24,3% da área dos estabelecimentos é responsável por 38% do VBP produzido pela agricultura brasileira (IBGE, 2009).

A diversidade das formas de reprodução da agricultura familiar evidencia que “esteve e está em curso, inegavelmente, um processo de mudanças profundas que afetam precisamente a forma de produzir e a vida social dos agricultores e, em muitos casos, a própria importância da lógica familiar” (WANDERLEY, 2003, p. 48). Diante disso, “[...] o que caracteriza hoje o perfil da “categoria socioprofissional” dos agricultores é a diversidade das situações, tanto quanto de estratégias adotadas” (WANDERLEY, 2000, p. 122).

O espaço rural brasileiro, principalmente a partir da década de 1990, passou a diversificar suas funções por meio do surgimento de novas formas de produção agrícola e de atividades não-agrícolas (como as atividades de lazer atreladas ao turismo rural). A agroecologia se insere neste contexto como uma nova forma de produção que viabiliza a reprodução socioeconômica de parte da agricultura familiar no campo brasileiro.

A agroecologia como possibilidade de desenvolvimento rural sustentável

A produção agrícola de base agroecológica adquire notável importância ao ser considerada uma estratégia de reprodução econômica para muitos agricultores

familiares. Com o intuito de diversificar sua produção, minimizar o impacto ambiental e o uso de insumos artificiais no processo produtivo, os agricultores têm se mostrado motivados para o desenvolvimento desta prática agrícola em determinados pontos do território brasileiro. A agroecologia se contrapõe ao *modelo* produtivo da Revolução Verde, principalmente, ao inserir nas práticas agrícolas propostas de manejo que considerem as especificidades dos agroecossistemas locais.

O termo *agroecologia* surgiu na década de 1930 para representar a aproximação da ecologia com a agricultura. Porém, foi somente a partir da segunda metade do século XX, com o amadurecimento do conceito de ecossistema e de seu uso como estrutura básica para examinar a agricultura a partir de uma perspectiva ecológica, que os estudos de “ecologia agrícola” ganharam maior espaço no meio acadêmico. Nas décadas de 1960 e 70 diversos estudos começaram a ganhar destaque ampliando e consolidando o uso do conceito (GLIESSMAN, 2005).

Os movimentos “rebeldes” surgidos na década de 1920 em várias partes do mundo certamente foram fundamentais para a consolidação de práticas agrícolas que valorizam os processos biológicos naturais em detrimento da adubação química na agricultura. Ainda, os debates sobre desenvolvimento sustentável⁷ iniciados na década de 1970 e a necessidade de revisão nas estratégias de desenvolvimento em nível global também favoreceram a disseminação da agroecologia como forma de agricultura alternativa para o espaço rural. Gliessman salienta que

[...] enquanto a sustentabilidade fornecia uma meta para focalizar a pesquisa agroecológica, a abordagem do sistema integral da agroecologia e o conhecimento do equilíbrio dinâmico proporcionavam uma base teórica e conceitual consistente para a sustentabilidade. (GLIESSMAN, 2005, p. 56)

Apesar do conceito de sustentabilidade ser controverso, polêmico e muitas vezes mal definido, ele é útil para a agricultura, pois reconhece que ela é resultado de um processo de interação de muitos fatores (ALTIERI, 1998). Objetiva-se, assim, atingir eficiência produtiva aliada ao uso racional dos recursos ambientais e sociais disponíveis, para tanto, se articulam diferentes elementos e esferas presentes na produção agrícola para buscar a sustentabilidade dos agroecossistemas.

A concretização da agroecologia enquanto proposta de desenvolvimento rural emergiu atrelada a diversos fatores e situações históricas articuladas em nível global. Porém, as implicações negativas do processo de modernização da agricultura certamente contribuíram para o fortalecimento da agroecologia. As mazelas sociais e ambientais geradas pelo modelo da modernização da agricultura intensificaram a atuação dos movimentos ambientalistas, organizações não governamentais, entre outras entidades. Para Ferraz e Silveira (2006),

[...] a inadequação do modelo difundido pela Revolução Verde, bem como a aceitação internacional e a difusão do conceito de sustentabilidade, tem levado pesquisadores a uma crescente busca de modelos alternativos e sustentáveis para a agricultura (FERRAZ e SILVEIRA, 2006, p.812).

Conceitualmente a agroecologia adquiriu vários significados, todos, entretanto, buscam incorporar as alterações na base técnica da agricultura, aliando a isso os benefícios ambientais, econômicos e sociais gerados pelas práticas agroecológicas.

No aspecto técnico, as práticas agrícolas adotadas na produção agroecológica, referem-se “a fertilização orgânica, à reciclagem de nutrientes, ao uso conservacionista do solo, à rotação de cultivos e criação, aos policultivos, ao manejo integrado e biológico de pragas e ao manejo da biodiversidade para o controle de pragas” (COSTA NETO, 1999, p. 312). Estas técnicas têm o objetivo de minimizar os efeitos agressivos sobre o ambiente natural. Ressalta-se, porém os limites impostos à agricultura na busca por sustentabilidade, pois a agricultura é, por definição, uma artificialização do meio natural (VEIGA, 1994).

A agroecologia busca promover transformações que extrapolam o aspecto produtivo. A meta é alterar as formas de comercialização da produção, não destinado-a apenas a um nicho de mercado, gerar renda e a permanência do agricultor no campo. A agroecologia busca, ainda, valorizar o modo de vida do agricultor, a cultura e o conhecimento acumulado ao longo das gerações. Ela “valoriza o conhecimento local e empírico dos agricultores, a socialização desse conhecimento e sua aplicação ao objetivo comum da sustentabilidade” (GLIESSMAN, 2005, p. 54).

Ressalta-se que muitos pesquisadores e militantes de movimentos sociais (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra/MST, Movimento dos Pequenos Agricultores/MPA, etc.) são os maiores entusiastas acerca da capacidade de transformação proporcionada pela agroecologia. Para estes, a agroecologia cria uma nova compreensão acerca das relações homem-natureza e pode servir de base para a criação de um novo pensamento coletivo e solidário de cooperação.

Caporal et. al (2006) assinalam que a “agroecologia se constitui num paradigma capaz de contribuir para o enfrentamento da crise sócioambiental da nossa época” (CAPORAL et. al, 2006, p. 175). Os mesmos autores afirmam que a agroecologia,

[...] mais do que simplesmente tratar sobre o manejo ecologicamente responsável dos recursos naturais, constitui-se em um campo do conhecimento científico que, partindo de um enfoque holístico e de uma abordagem sistêmica, pretende contribuir para que as sociedades possam redirecionar o curso alterado da coevolução social e ecológica, nas suas múltiplas inter-relações e mútua influência (CAPORAL, et al, 2006, p. 176).

Este viés transformador da agroecologia também é evidenciado na concepção de Gliessman (2005) quando afirma que

[...] por um lado a agroecologia é o estudo de processos econômicos e de agroecossistemas, por outro, é um agente para as mudanças sociais e ecológicas complexas que tenham necessidade de ocorrer no futuro a fim de levar a agricultura para uma base verdadeiramente sustentável (GLIESSMAN, 2005, p.56).

Entretanto, o que se observa é que a (re)valorização da agroecologia é parte de uma demanda do próprio desenvolvimento do capitalismo contemporâneo. Segundo Brandenburg (2004, p. 273) é “justamente o mercado que contribui para reorganizar o sistema produtivo e acena com a perspectiva de maior espaço para os produtos orgânicos⁸”. Há uma intrínseca relação entre as demandas do mercado e a produção de base agroecológica, pois é ele que sustenta e permite a manutenção desta forma de produção na agricultura.

Diante desses elementos, há os menos entusiasmados com a capacidade de transformação proporcionada pela agroecologia. Graziano da Silva afirma que “a

importância maior de um movimento por uma agricultura sustentável não está na sua “produção da produção”, mas na “produção de uma nova concepção” de desenvolvimento econômico” (GRAZIANO DA SILVA, 2003, p.65). Nesse sentido, o autor destaca que a maior importância do movimento deve-se ao fato dele promover uma reflexão sobre a relação homem-natureza e as relações sociais em seus diversos aspectos, criando, assim, consciência do conflito presente entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção.

Navarro (2008) pontua que a agroecologia congrega diversas iniciativas relacionadas às mudanças nas práticas agrícolas, portanto ela

[...] não representa mais do que um “nome fantasia” para englobar as diversas experiências, esforços, iniciativas e situações em que agricultores desenvolveram sistemas agrícolas onde prevalece manejo aperfeiçoado dos recursos naturais, sendo também menos dependentes de insumos agroindustriais. Seus praticantes modificam as práticas agrícolas movidos por intenções as mais variadas, na maior parte das vezes meramente em função do objetivo de reduzir custos de produção. Não implica, necessariamente, sequer uma “consciência ambiental”, embora esta possa, certamente, se desenvolver (NAVARRO, 2008, p.30).

Diante disso, o potencial de transformação social e econômico da agroecologia defendido por alguns autores, é considerado utópico para outros. A produção de base agroecológica se manifesta de diferentes formas, em muitos casos, ocorre a incorporação dos saberes culturais dos agricultores e uma consciência ampla sobre a necessidade de uma nova relação homem-meio. Em outros, a agroecologia se aproxima mais da simples produção orgânica, pois a principal mudança deve-se à incorporação de técnicas alternativas no processo produtivo agrícola.

No que se refere à área cultivada no Brasil Saquet (2008), com base em Willer e Yussefi (2006), afirma que apesar do aumento significativo nos últimos anos a produção orgânica abrange apenas 0,34% da área agricultável.

O sistema de produção orgânico no Brasil é praticado por 80.000 agricultores⁹ (IBGE, 2009) e absorve basicamente dois tipos de produtores: os agricultores familiares e os agricultores empresariais/capitalistas. Em estudo do ano de 2004, Camargo Filho et. al. apontam que os agricultores familiares representavam 90% dos produtores

orgânicos do país, sendo responsáveis por cerca de 70% da produção nacional, enquanto que os agricultores empresariais totalizam 10% dos produtores orgânicos.

Saquet (2008) destaca alguns aspectos favoráveis à adoção da agricultura orgânica no Brasil, dentre eles, aponta: a extensa área agricultável e as possibilidades de expansão da agropecuária no território nacional, os fatores climáticos e edáficos favoráveis ao cultivo de variadas espécies, as possibilidades de comercialização no mercado interno e externo frente a uma demanda cada vez mais ampliada, a viabilidade da produção em pequenas áreas agrícolas e os benefícios ambientais gerados permitem a preservação do meio ambiente e a geração de renda no campo. Ressalta-se, porém, que apesar destes elementos favoráveis, necessita-se fundamentalmente de políticas públicas adequadas a fim de estimular a exploração destas possibilidades do território nacional.

Outro elemento importante é a expressividade numérica dos agricultores familiares no Brasil. Os princípios da agroecologia são compatíveis com as formas familiares de produção, por isso, diante da ampliação na demanda por produtos orgânicos, a produção agroecológica pode se firmar como uma atividade capaz de gerar renda para a agricultura familiar como vem ocorrendo no município de Pelotas/RS.

O município de Pelotas: transformações recentes no espaço rural

O território do município de Pelotas (figura 01) localiza-se no sul do estado do Rio Grande do Sul, possui uma área territorial de 1.609 Km² e sua população totaliza 339.934 habitantes. A população relativa residente no meio rural do município corresponde a 4,92% dos habitantes, em contraste com os 95,08% do espaço urbano (ITEPA, 2008).

Os estabelecimentos agropecuários do município de Pelotas desenvolvem atividades diversificadas. As unidades agrícolas de menor dimensão territorial estão localizadas nas áreas de maior declividade (próximas a encosta do sudeste), os cultivos desenvolvidos nesta área são variados, sobressaindo-se: pêssego, fumo e hortigranjeiros, além da produção de base agroecológica. Por outro lado, na planície sedimentar se desenvolvem as lavouras empresariais. Nesta área, destaca-se a rizicultura como

principal atividade econômica. Segundo o IBGE (2009), Pelotas destaca-se na produção de arroz (8.100 hectares), pêssego (3.000 hectares) e na pecuária extensiva.

Uma parcela dos produtores rurais do município de Pelotas absorveu as tecnologias modernas difundidas no período da Revolução Verde. Nas décadas de 1970 e 1980 a indústria conserveira de pêssegos e, posteriormente, a indústria fumageira, tiveram papel importante na difusão de novas tecnologias.

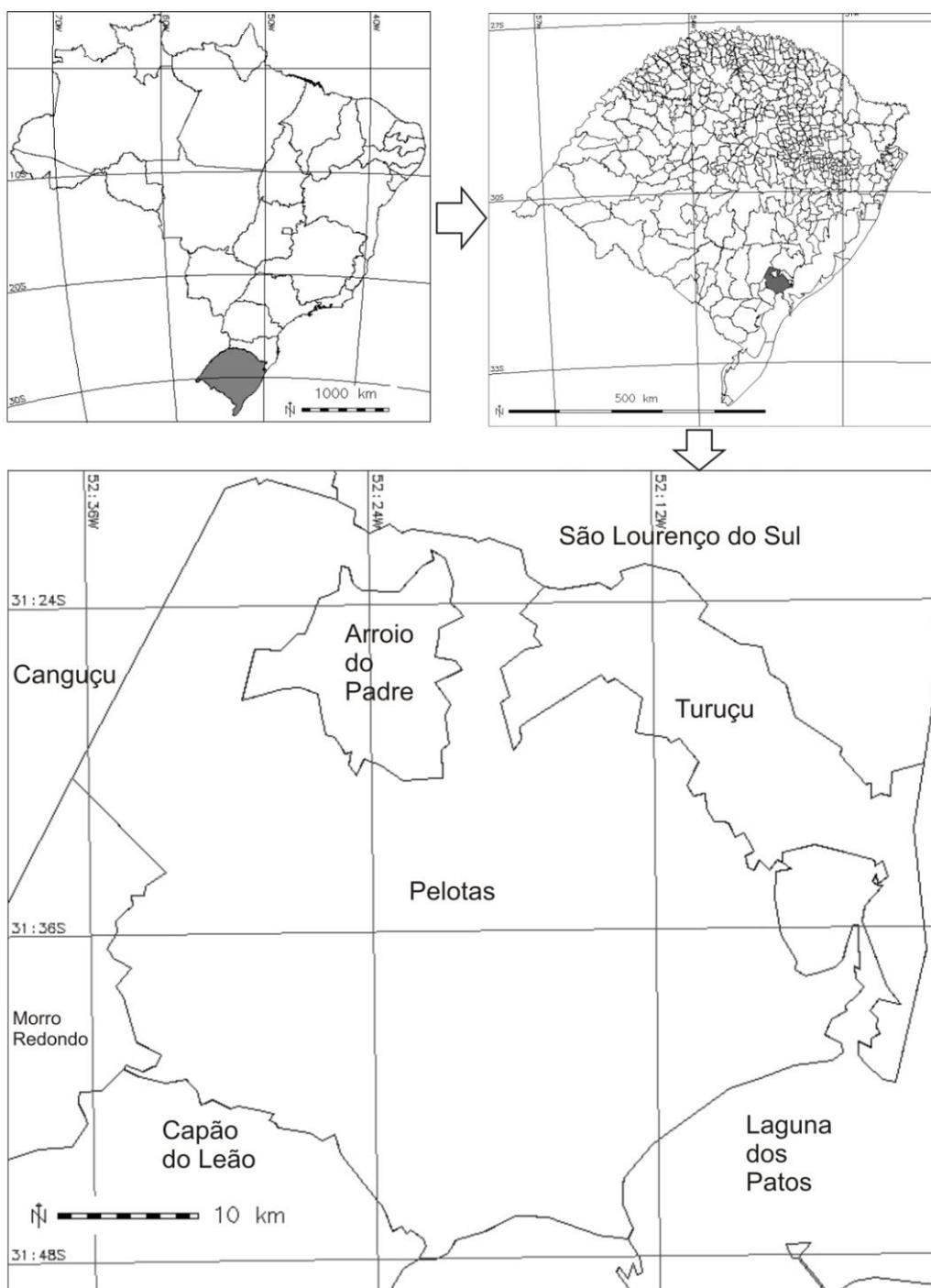


Figura 01: Mapa de localização do Município de Pelotas.
Organizado por: FERREIRA, J. S., 2009.

Usando como base dados da Associação dos Engenheiros Agrônomos de Pelotas (1986), Costa (2006) assinala que no final da década de 1970 e início de 1980, o cultivo de pêsegos para conserva mobilizava aproximadamente cinco mil famílias em Pelotas e outros municípios próximos, época em que a produção atingiu seu auge. No começo da

década de 1980 existiam 27 fábricas de conservas em funcionamento na sede do município e 22 no interior, sendo estas responsáveis por 90% do pêssego em calda produzido no país (GRANDO, 1989).

Salamoni (1993, p.31) destaca que a cultura do pêssego no município pode ser “considerada um marco na integração da economia familiar ao capital industrial, encontrando alta receptividade nas unidades familiares que buscavam uma nova atividade agrícola com demanda no mercado”.

A autora ainda assinala que por meio da integração dos produtores à indústria, ocorreu uma significativa transformação nos padrões produtivos do espaço colonial pelotense, pois as atividades artesanais foram cedendo espaço às atividades modernas. Neste contexto, o agricultor se especializou e ao se integrar com o setor urbano-industrial, perdeu autonomia e subordinou-se aos interesses da indústria e do mercado.

Entretanto, na década de 1980, a indústria conserveira de Pelotas começou a entrar em decadência, motivada, entre outros fatores, pela diminuição do poder aquisitivo da população aliada à “pequena diversificação da produção e o deficiente relacionamento com o setor primário” (BEGNIS; ZERBIELLI, 2004, p. 123 e 124).

Com a decadência das indústrias conserveiras, segundo Costa (2006, p.20) “a produção de fumo que já vinha sendo praticada em algumas propriedades, com amplo investimento das indústrias tabagistas ampliou-se vertiginosamente, especialmente nos municípios com maior índice de pequenas propriedades”. Desse modo, uma parcela dos agricultores familiares em busca de novas estratégias produtivas, passou a produzir fumo e integrou-se às indústrias do setor. O fumo ainda é representativo no município, seu cultivo ocupa uma área de 3.781 hectares (IBGE, 2009).

Garcia e Santos (2005) lembram que na década de 1980 o crescimento econômico da agricultura em Pelotas diminuiu e com a abertura do mercado brasileiro na década de 1990, ocorreu à entrada de produtos estrangeiros muitas vezes subsidiados em seus países de origem. Assim, diante da concorrência, os produtos locais acabaram perdendo espaço o que levou à falência várias agroindústrias. Os mesmos autores apontam que,

[...] somente a partir de 1995 a agricultura de Pelotas começou a sua recuperação. A negociação de novas tarifas aduaneiras leva ao retorno de algumas agroindústrias, o que permite uma nova expansão da fruticultura (pêssego, principalmente). Há também uma retomada da produção de olerícolas (tomate, pimentão, berinjela) e frutas para a mesa. Da mesma forma permanecem em expansão as produções de leite e aves (GARCIA & SANTOS, 2005, p.245).

É importante notar que o segmento de produção familiar adaptou-se às novas demandas do mercado. Assim, quando houve incentivo por parte da indústria - financiamento, apoio técnico e garantia de comercialização da produção - os agricultores passaram a desenvolver as atividades demandadas pelo mercado.

Neste sentido, estão emergindo atividades diversificadas no contexto da agricultura familiar do município. Uma atividade a ser destacada é o turismo rural, a presença de recursos específicos no espaço rural pelotense (tanto naturais como artificiais) pode fomentar o desenvolvimento de novas atividades econômicas.

No caso do município de Pelotas, as iniciativas atreladas à valorização do espaço rural para fins turísticos, mesmo que sejam incipientes, representam a refuncionalização de espaços antes explorados somente com atividades agrícolas. Ao analisar os atrativos turísticos no Distrito do Rincão da Cruz no município de Pelotas, Panis (2008, p.10) observa que “a existência do patrimônio material e imaterial, somado aos aspectos da valorização da natureza, tende a se tornarem atrativos às atividades de turismo e lazer”.

A exploração da vitivinicultura – característica das áreas de colonização italiana – a presença de um restaurante e de um significativo patrimônio arquitetônico construído pelos imigrantes italianos aliados à paisagem natural (cachoeiras, riachos, mata nativa, etc.), coloca esta localidade em destaque nas iniciativas que buscam promover o turismo na zona colonial do município¹⁰.

Diante do exposto, pode-se afirmar que o espaço rural pelotense vem passando por transformações oriundas do interesse e necessidade dos agricultores familiares em diversificar suas estratégias produtivas para geração de renda, constituindo nos termos de Galvão (1995) e Marafon (2009) um espaço complexo e híbrido.

Além disso, merece destaque a emergência da *produção de base agroecológica* - objeto de análise deste estudo - que também representa uma nova estratégia de reprodução socioeconômica para uma parcela dos agricultores familiares.

Organização da produção familiar agroecológica: breve caracterização

Parte-se do pressuposto de que a organização espacial é “constituída pelo conjunto das inúmeras cristalizações criadas pelo trabalho social” (CORRÊA, 1990, p. 57). Por isso, a produção familiar de base agroecológica no município de Pelotas, assumiu formas e características inerentes à sua lógica de funcionamento, configurando arranjos espaciais particulares que a diferem de outras formas de fazer agricultura.

A atual organização sócio-espacial da produção familiar de base agroecológica deve-se ao seu modo de produção específico (SANTOS, 2008), que criou e continua a reproduzir um espaço particular marcado pela forma alternativa de fazer agricultura. Esta forma de produção foi iniciada com os incentivos de organizações religiosas, por meio de extensão rural direcionada e de trabalhos de referência entre os agricultores.

Assim, “as relações entre espaço e formação social [...] se fazem num espaço particular e não num espaço geral” (SANTOS, p.29, 2008). O movimento da sociedade ao produzir o espaço cria desigualdades e arranjos espaciais diferenciados entre os lugares. Por isso, objetiva-se analisar como o espaço da produção de base agroecológica surgiu e está organizado marcando o lugar pelas especificidades de seus arranjos espaciais e do seu modo de produção particular¹¹.

Na década de 1980 o movimento de agentes ligados a associações, igrejas e organizações não governamentais possibilitaram a emergência das primeiras experiências de agroecologia em Pelotas. A partir disso, com o desenvolvimento das atividades e a criação de uma associação para organizar a produção, a agroecologia foi se firmando como uma alternativa para os agricultores familiares se inserirem no mercado e gerarem renda.

No caso de Pelotas, a quantidade de pessoas nas 12 famílias analisadas é bastante reduzida, com uma média de três componentes por família. Mesmo assim, a contratação de mão-de-obra (temporária ou permanente) não é significativa. Apenas um agricultor contrata trabalhadores temporários (cinco empregados), sendo o mesmo que possui a família com maior número de membros (seis pessoas). Os demais utilizam exclusivamente mão-de-obra familiar na execução de todas as etapas do processo produtivo.

Quando indagados sobre o nível de escolaridade do proprietário, 11 agricultores declararam possuir o primeiro grau incompleto e, apenas um possui o primeiro grau completo. Esta característica pode ser relacionada à elevada idade do grupo familiar, visto que, a maioria dos proprietários possui idade acima de 50 anos.

A idade elevada dos agricultores possibilita que muitos recebam aposentadoria rural. A aposentadoria é a segunda principal fonte de renda entre o grupo analisado, ficando atrás apenas da produção olerícola de base agroecológica. A fruticultura e a produção de leite também são atividades importantes na geração de renda.

Deve-se salientar que diante da existência de outras fontes de renda, a produção de base agroecológica não é prioridade como atividade econômica para algumas famílias. Dentre os entrevistados, oito agricultores dedicam-se apenas a atividades de base agroecológicas, enquanto que, quatro realizam atividades convencionais em paralelo.

Os agricultores que exploram as atividades convencionais e as de base agroecológica manifestaram interesse em tornarem-se apenas agricultores agroecológicos. Um entrevistado exemplifica essa situação ao afirmar:

[...] eu quero que minha propriedade seja toda agroecológica. Eu to com um pouco de fumo, [...] porque eu tenho uma dívida pra pagar com a empresa, um contrato com a empresa que eu tenho que encerrar, quando terminar o contrato, terminar a dívida, [...] eu vou parar de plantar. Se parar agora aquilo lá é um prejuízo parado. Então tenho que aproveitar aqueles canos, aquelas coisas lá até dizer: “bom agora não dá mais” (Agricultor A, 2009).

O fumo é uma atividade agrícola que requer grande quantidade de agrotóxicos e exige muita mão-de-obra. Isso poderá contribuir para que esta atividade seja substituída por outras que utilizem insumos orgânicos. Observou-se que os agricultores que recorreram a financiamentos para a fumicultura e fizeram elevados investimentos em infra-estrutura, têm interesse em esgotar as possibilidades de uso das instalações e dos materiais adquiridos a fim de sanar as dívidas e, posteriormente, ingressar na atividade de base agroecológica.

Os agricultores familiares do município vinculam-se a três entidades distintas, são elas: a Cooperativa de Pequenos Agricultores Agroecologistas da Região Sul Ltda. – ARPASUL; a Cooperativa Sul Ecológica de Agricultores Familiares Ltda. e a

Associação Regional de Produtores Agroecologistas da Região Sul - ARPA-SUL. Sobre a organização e funcionamento das entidades, pode-se tecer algumas considerações particulares em relação a cada uma delas, muito embora, sua dinâmica de funcionamento seja similar.

Neste sentido, a Associação ARPA-SUL possui cerca de 30 famílias associadas¹² e divididas em sete grupos nos municípios de Canguçu, Morro Redondo, Arroio do Padre, Turuçu e Pelotas. Os produtos cultivados pelos agricultores que integram à associação têm como único espaço de comercialização as feiras-livres realizadas na cidade de Pelotas e Canguçu. Merece destaque que a ARPA-SUL ainda mantém a feira ecológica na Avenida Dom Joaquim, zona nobre da cidade de Pelotas, no espaço em que foi realizada a primeira feira de produtos orgânicos do município no ano de 1995.

A cooperativa Sul Ecológica é outra importante organização que trabalha com a produção de base agroecológica e a mais representativa em relação ao número de agricultores cooperados no município. Ela foi fundada em dezembro de 2001, possui 43 associados pertencentes ao município de Pelotas¹³, mas possui também associados dos municípios de Canguçu, Herval, São Lourenço do Sul, Turuçu, Capão do Leão, Arroio do Padre e Morro Redondo. Entre os associados, há um significativo número de assentados da reforma agrária e remanescentes de quilombolas. A Sul-Ecológica busca fomentar a produção ecológica incentivando sua produção e sistematizando a comercialização por meio de programas institucionais, organiza feiras-livres e articula espaços para os produtos orgânicos nos mercados da cidade. A cooperativa possui agrônomo, mas o CAPA continua prestando assistência técnica aos agricultores a ela vinculados.

A cooperativa ARPASUL foi fundada em 2002, possui cerca de 50 famílias associadas, que residem nos municípios de Canguçu, Pelotas, Morro Redondo e Capão do Leão. Os produtores cadastrados nesta cooperativa recebem a assessoria técnica do agrônomo da Pastoral Rural e a produção é destinada para as feiras-livres realizadas semanalmente na cidade e para os programas institucionais do governo federal.

Há agricultores que pertencem a duas instituições do município, principalmente à cooperativa Sul-Ecológica e à Associação ARPA-SUL e muitos agricultores são associados, mas não produzem para a comercialização¹⁴.

Ainda no que se refere ao apoio à agroecologia no município, pode-se citar a atuação de grupos de pesquisa vinculados à Universidade Federal de Pelotas - UFPel (tanto das ciências agrárias quanto das ciências humanas/sociais) e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA Clima Temperado. Estes grupos desenvolvem pesquisas voltadas para a produção de base agroecológica e atividades de extensão com as cooperativas e os agricultores.

A produção de base agroecológica na agricultura familiar: organização e desafios

A produção de base agroecológica no município de Pelotas é praticada somente em unidades familiares. Este segmento possui características específicas como: possuir pequena área de produção, ser uma unidade de produção e de consumo, dispor de mão-de-obra e ter flexibilidade na orientação agrícola. Estes atributos qualificam as unidades de produção familiar para as práticas agroecológicas. Pode-se afirmar assim que “as características intrínsecas da produção familiar podem ser associadas às principais necessidades de base para o estabelecimento de uma agricultura sustentável” (SALAMONI, 2000, p.189).

Ao comentar sobre a adoção do sistema agroecológico por agricultores familiares Hespanhol (2008) destaca que a menor escala de produção, a diversificação produtiva, o envolvimento direto da família na gestão da unidade e na produção dos alimentos, a menor dependência de insumos externos, a possibilidade na eliminação no uso de agrotóxicos e os menores custos com a produção são vantagens importantes que qualificam este segmento para o desenvolvimento de práticas agroecológicas.

Pies (2006, p.124) também afirma que a agricultura familiar “comporta melhor os princípios da sustentabilidade por permitir o manejo dos recursos agrícolas sem agredir o meio ambiente, conservando os recursos naturais, mantendo a habilidade produtiva para satisfazer as necessidades humanas”.

A agricultura familiar apresenta-se como um importante *locus* para o desenvolvimento da agroecologia. Uma característica importante que reforça esta afirmação é o fato da agricultura familiar, em grande parte dos casos, possuir uma diversidade de cultivos (policultivos) e de atividades produtivas.

No município de Pelotas esta é uma característica marcante da produção de base agroecológica, destacando-se a forte presença dos hortifrutigranjeiros. Entre os principais cultivos pode-se citar a cebola, repolho, couve, beterraba, cenoura, alface e morango. Estes cultivos são explorados em pequenas áreas, o manejo é simples e há facilidade na comercialização.

Os cultivos anuais como o feijão, abóbora e mandioca também são encontrados. Produtos como a mandioca e a abóbora são comercializados de forma *in natura* e cortados/descascados, agregando valor ao produto e atendendo a demanda de consumidores específicos.

Mas produtos como suco natural, geléias e conservas também podem ser encontrados em menor quantidade. Isso se deve ao fato de que as agroindústrias familiares são rudimentares e possuem baixa capacidade produtiva. Esta afirmação pode ser exemplificada na situação de um agricultor que trabalha com a produção de leite e ainda está estruturando a propriedade para a produção de iogurte e queijo orgânico.

A comercialização de frutas como laranja, pêssego, bergamota, entre outras, ocorre quando há excedentes na produção. Pomar com produção de frutas destinadas especificamente para abastecer o mercado só foi encontrado em uma unidade produtiva visitada, o que indica sua pequena relevância no contexto da produção.

As técnicas agrícolas utilizadas no desenvolvimento dos cultivos baseiam-se no reaproveitamento dos resíduos gerados na unidade produtiva. De acordo com um agricultor, “a gente procura aproveitar os resíduos de dentro da propriedade fazendo compostagem, adubação verde. Alguns insumos nós somos obrigados a comprar porque o solo exige uma adubação boa e nós não temos o solo recuperado [...]” (Agricultor B, 2009).

Outro agricultor ao ser perguntado sobre qual a principal técnica utilizada fala, “é questão de recuperação de solo, adubação verde direto, o ano inteiro, solo descoberto é muito difícil” (Agricultor C, 2009).

Entretanto, ao mesmo tempo em que há os agricultores que se dedicam à produção dos insumos alternativos outros preferem comprar estes produtos. Um informante fala: “têm alguns [agricultores] que usam o que tem na propriedade, fazem os chás. Mas têm outros que gostam de pegar o tubinho pronto [...]” (Informante A, 2009). O mesmo entrevistado demonstra preocupação ao comentar sobre a questão da compra dos insumos para a agricultura alternativa, manifestando-se da seguinte forma: “daqui a pouco a gente vai estar trocando um pacote, por um pacote ecológico. Mas eu vejo que os agricultores que estão aproveitando melhor o que têm na sua propriedade eles estão tendo um retorno maior” (Informante A, 2009).

Os insumos para a prática agroecológica nem sempre são encontrados com facilidade nos estabelecimentos agropecuários responsáveis por sua comercialização. Um entrevistado comenta sobre a dificuldade de encontrar produtos específicos para a produção de base agroecológica. Ele resume a situação da seguinte forma: “tu não encontra em qualquer agropecuária, diferente, por exemplo, do produto químico”. (Informante B, 2009) O mesmo entrevistado faz referência às dificuldades enfrentadas para desenvolver os insumos agroecológicas e assim se manifesta:

[...] a própria agroecologia acho que falta avançar muita coisa, por exemplo, por que aplicar biofertilizantes de pulverizador costal? Não tem outras formas de trabalhar isso? Outro sistema? Acho que tem esses desafios aí que tem que avançar. A gente fala: ah o agricultor deve formular seu próprio adubo. Mas ele tem que ter uma estrutura que não seja cansativa pra ele, que não seja insalubre pra trabalhar, que ele tenha facilidade, ele necessita disso, a agroecologia tem que passar a ser, tem que se modernizar (Informante qualificado B, 2009).

A produção de base agroecológica no município de Pelotas encontra-se alicerçada no uso da força humana e animal nas diferentes etapas do processo produtivo. No entanto, certos maquinários foram encontrados em algumas propriedades visitadas. Segundo Teixeira et. al. (2009, p. 170) “devido à baixa renda mensal aliada à pouca oferta por parte dos fabricantes de máquinas agrícolas, os agricultores agroecológicos têm dificuldades em adquirir máquinas e implementos adaptados às suas necessidades específicas”.

A base técnica das unidades de produção encontra-se, assim, atrelada às formas tradicionais de produção agrícola, apenas uma unidade apresenta-se, de acordo com o

próprio proprietário, totalmente estruturada para o desenvolvimento das atividades de base agroecológica. De acordo com o proprietário, em sua unidade produtiva “não falta nada, desde solo, pomares, coisas que não tinha, hoje têm, [...] as áreas de preservação a gente tinha que plantar tudo, áreas de água, irrigação, então o que tinha que fazer [...]” (Agricultor C, 2009).

Entretanto, nas demais unidades visitadas foi possível constatar uma série de restrições relacionadas à estrutura técnica, como o uso de equipamentos rudimentares para irrigação, inexistência de local apropriado para a produção e armazenamento dos insumos orgânicos e baixa mecanização o que exige elevado uso de trabalho manual.

Os produtos agrícolas são sensíveis às variações climáticas e o fato das unidades produtivas não possuírem estrutura técnica adequada, contribui para impedir a manutenção de um ritmo de produção que permita firmar contratos de comercialização, principalmente com os supermercados¹⁵.

Diante do exposto, os principais problemas e desafios apresentados no contexto da produção e comercialização dos produtos de base agroecológica podem ser agrupados em três grupos distintos, mas intrinsecamente ligados no plano prático. Destacam-se, assim, os problemas relacionados aos aspectos *técnicos*, *socioeconômicos* e *políticos*.

As dificuldades no plano *técnico* referem-se principalmente aos problemas em encontrar insumos específicos para a produção agroecológica (adubação orgânica, biofertilizantes, biopesticidas etc.), visto que, o sistema agrícola é orientado para a agricultura convencional. Ainda, as técnicas de cultivo e manejo voltadas às práticas alternativas (controle biológico de pragas e doenças, preparação/manejo de insumos orgânicos, entre outros) demandam conhecimentos específicos que nem sempre estão ao alcance dos agricultores.

Agregam-se ainda nas dificuldades técnicas encontradas a infra-estrutura tradicional e a falta de equipamentos e maquinário agrícola das unidades produtivas. A existência destes equipamentos poderia acelerar o processo produtivo e minimizar o uso de trabalho humano e animal na execução das atividades.

As dificuldades *socioeconômicas* referem-se às limitações encontradas nas famílias que poderão inviabilizar a continuidade da produção de base agroecológica.

Desta forma, o pequeno número de pessoas que integram o grupo familiar, o envelhecimento dos agricultores e a falta de sucessores nas atividades agrícolas se sobressaem como fatores que inviabilizarão o desenvolvimento da agroecologia nas unidades de produção.

No plano *político* destacam-se as dificuldades no acesso ao crédito, tanto àquele destinado para sistemas em conversão, como outras linhas de financiamento (PRONAF custeio, investimento etc.) e o pouco apoio do poder público municipal para a produção de base agroecológica (falta de extensão rural qualificada para este tipo de produção, falta de políticas públicas sistematizadas para estimular a produção e comercialização dos produtos).

Embora existentes, as políticas públicas voltadas para a produção e comercialização dos produtos de base agroecológica não atendem as necessidades dos agricultores e trazem incertezas quanto ao futuro da produção (garantia de mercado e dos preços pagos).

Diante deste contexto apresentado fica evidenciada a necessidade de intervenção pública e de políticas específicas para a produção de base agroecológica. Isso é fundamental para estimular, fortalecer e viabilizar a manutenção das iniciativas de reprodução social da agricultura familiar com base na agroecologia.

Considerações finais

O espaço rural do município de Pelotas, assim como as demais regiões do país, vem passando ao longo das últimas décadas por um processo de transformação com a emergência de novas atividades produtivas agrícolas e não-agrícolas. Mesmo incipientes, iniciativas ligadas ao turismo rural (cultural, religioso e de lazer) evidenciam metamorfoses e novas funções atribuídas àquele espaço.

Se, por um lado, houve o surgimento do complexo agroindustrial no município atrelado à produção de pêssego e fumo na agricultura familiar, por outro, as iniciativas como a agroecologia permitem o desenvolvimento de uma nova dinâmica de organização, produção e comercialização dos produtos agrícolas.

Assim, a produção do espaço agrícola onde se desenvolvem as atividades de base agroecológica em Pelotas emergiu aliando diversos interesses como resultado de um processo histórico global concretizando-se naquele espaço específico. As iniciativas de produção agroecológica resgataram e valorizaram traços da agricultura tradicional, mas inseriram a produção num contexto econômico globalizado marcado pela (re)valorização dos produtos agroecológicos.

No quadro geral da agricultura do município de Pelotas, conclui-se que a prática agroecológica ainda não é quantitativamente expressiva. Entretanto, esta forma de produção adquire importância fundamental para os agricultores envolvidos, não apenas no aspecto econômico, mas também para valorizar traços socioculturais, podendo trazer benefícios para a saúde e para o ambiente.

No grupo analisado a geração de renda obtida por meio da comercialização da produção de base agroecológica é importante para viabilizar a reprodução econômica da maioria das famílias. Contudo, muitos agricultores são aposentados ou dedicam-se a outras atividades produtivas, como o leite e o fumo. Cabe destacar que o desejo de todos os agricultores é ter na produção agroecológica sua principal fonte de renda e garantir, por meio dela, a manutenção de sua unidade produtiva. Esse contexto justifica a necessidade de intervenção de políticas públicas e ações que busquem qualificar a produção e permitir sua expansão diante das possibilidades existentes.

Outro traço marcante é que mesmo os agricultores sendo representados por entidades com dinâmicas organizacionais similares e dispondo, praticamente dos mesmos recursos (políticas públicas, assistência técnica, auxílio na comercialização, etc.) é facilmente perceptível a heterogeneidade da situação em que os agricultores se encontram.

Cabe destacar, portanto, como afirma Santos (2008) que os modos de produção (entendidos como as formas de produzir, circular e consumir) ao se expandirem sobre os distintos espaços não conseguem impor-se em sua plenitude sobre os modos de produção antigos. Existindo assim no espaço, selecionando lugares e criando diferenciação entre eles.

Considerando-se a forma de produzir com base na agroecologia como um novo modo de produção que busca impor-se sobre o “velho” modelo agrícola convencional,

conclui-se que seu desenvolvimento ocorre apenas em determinados pontos do território. Analisar a agroecologia como uma estratégia produtiva capaz de promover mudanças estruturais na sociedade, ainda não corresponde à realidade encontrada nos casos onde ela se desenvolve. Muitas vezes, a convivência do “novo” com o “velho” ocorre internamente nas próprias unidades produtivas que cultivam, em paralelo, culturas em moldes agroecológicos e outras convencionais.

Finalmente, como “a cada época, novos objetos e novas ações vêm juntar-se às outras, modificando o todo, tanto formal quanto substancialmente” (SANTOS, 2008, p.146) considera-se que a ideologia agroecológica e suas formas de produção demonstram um novo período. Período este, que pode representar uma simples retomada de técnicas tradicionais na agricultura com o uso de tecnologias alternativas, ou um novo processo de desenvolvimento que, embora incipiente e pontual como é o caso da agroecologia, já promove alterações socioeconômicas e espaciais em determinados pontos do território brasileiro.

Notas

¹ Este trabalho é parte da dissertação de mestrado desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina.

² “As técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria o espaço” (SANTOS, 2008b, p.29).

³ O sistema de produção agroecológico (ou sustentável) é marcado por um conjunto complexo de práticas e relações, estendendo suas preocupações para aspectos ambientais, sociais, econômicos, culturais, entre outros. O termo “produção de base agroecológica” apresenta-se mais apropriado à realidade estudada, pois ao mesmo tempo em que dá visibilidade ao sistema de produção agrícola desenvolvido com base na agroecologia, ressalva seu potencial de sustentabilidade.

⁴ Begnis et al. (2007) escrevem, com base em Patton (2002), que “as entrevistas com informantes qualificados permitem avançar na compreensão de temas ausentes ou não revelados com a aplicação de outras técnicas, em especial o sentimento coletivo, percepções e estratégias comuns ao grupo de agentes envolvidos. Informantes qualificados são entendidos como aqueles que têm uma qualificação específica, seja pela vivência, seja pelo conhecimento sobre a temática” (Begniss et al, 2007, p.315). No caso da presente pesquisa, consideram-se “informantes qualificados” os representantes das entidades de fomento à agroecologia no município, os agrônomos e técnicos agrícolas que desenvolvem trabalhos de extensão com os agricultores e os produtores que iniciaram as atividades produtivas no município.

⁵ Gaskell (2003), ao escrever sobre a quantidade necessária de entrevistas para a realização de pesquisa qualitativa, assinala: “um ponto-chave que se deve ter em mente é que, permanecendo todas as coisas iguais, mais entrevistas não melhoram necessariamente a qualidade, ou levam a uma compreensão mais detalhada. Há duas versões para esta afirmação. Primeiro há um número limitado de interpelações, ou

versões da realidade. Embora as experiências possam parecer únicas ao indivíduo, as representações de tais experiências não surgem das mentes individuais; em alguma medida elas são o resultado de processos sociais. [...] Em segundo lugar, há a questão do tamanho do *corpus* a ser analisado” (GASKELL, 2003, p.70 e 71). Assim, um número excessivo de informações/entrevistas poderia prejudicar sua sistematização e estimular uma análise superficial do material coletado.

⁶Estes dados derivam de uma metodologia desenvolvida em conjunto pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e o IBGE (com base na lei da Agricultura Familiar 11.326, de 24 de julho de 2006). Assim, considera-se familiar o estabelecimento ou empreendimento rural que não ultrapassa quatro módulos fiscais, onde a mão-de-obra utilizada nas atividades é predominantemente da família, a maior parte da renda familiar é oriunda do estabelecimento e das atividades agrícolas desenvolvidas e, o estabelecimento ou empreendimento é dirigido pela família (MDA, 2009). A mesma pesquisa classifica os estabelecimentos em familiares e não familiares.

⁷Uma das principais definições de desenvolvimento sustentável foi criada pela Comissão de Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU e publicada no Relatório Brundtland de 1987 (p.09) como “o desenvolvimento que responde às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras” (*apud* MONTIBELLER-FILHO, 2008). Ehlers destaca que “não há dúvida de que as discussões sobre o desenvolvimento sustentável emergem de problemas sociais, econômicos e sociais provocados pelo industrialismo. Mas as distorções e contradições em torno dessa expressão refletem a existência de disputas ideológicas e de interesses distintos” (EHLERS, 1996, p.129).

⁸Cabe destacar que, mesmo Brandenburg utilizando o termo “produtos orgânicos” ao termo “produto agroecológico”, ele vai ao encontro da nossa proposta metodológica de pesquisa, visto que na literatura relacionada ao mercado e comércio de produtos oriundos da agricultura agroecológica, o termo produto orgânico é mais comumente utilizado.

⁹De acordo com o Censo Agropecuário de 2006, “apenas 1,8% dos estabelecimentos agropecuários praticavam agricultura orgânica no país, sendo que 42,5% destes produtores ligavam-se a associações, sindicatos ou a cooperativas” (IBGE, 2009).

¹⁰ Destaca-se também a presença do Museu Etnográfico da Colônia Maciel nesta localidade. Resultado de um projeto desenvolvido pela Universidade Federal de Pelotas – UFPel juntamente com a comunidade local, o Museu possui um acervo de materiais que resgatam a história e valorizam a cultura italiana do município.

¹¹ Modo de produção entendido aqui em seu sentido mais específico ou, ao que Santos (2008) classifica como produção propriamente dita, ou seja, a circulação, distribuição e consumo.

¹² Não foi possível quantificar o número de agricultores associados residentes no município de Pelotas vinculados à Associação ARPA-SUL e à Cooperativa ARPASUL.

¹³Dados do ano de 2007/08 indicavam a presença de 67 associados na Sul Ecológica.

¹⁴Há dificuldade na definição do número total de produtores do município de Pelotas, pois os dados cadastrais das cooperativas e associação encontram-se desatualizados e ocorre continuamente a entrada e/ou saída de agricultores nas entidades. Com base nos trabalhos de campo, estima-se que existem cerca de 80 famílias envolvidas na produção de base agroecológica no município.

¹⁵Os produtos de base agroecológica cultivados no município de Pelotas destinam-se a mercados locais/regionais, sobretudo para as feiras-livres e o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA do governo federal. A temática da comercialização dos produtos no município foi analisada em trabalho já publicado (ver Finatto e Corrêa, 2010).

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Edusp, 2007. 296p.

ALTIERI, Miguel . **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998. 110p.

BEGNIS, H. S. M.; ZERBIELLI, J. Aspectos institucionais e organizacionais da agroindústria de doces de pêssego de Pelotas-RS. **Revista de Economia e Agronegócio**, vol.2, nº 1. 2004, p. 115-134.

BEGNIS, H. S. M. et al. Confiança, comportamento oportunista e quebra de contratos na cadeia produtiva do fumo no sul do Brasil. **Gest. Prod.**, São Carlos, v. 14, n. 2, p. 311-322, 2007. Disponível em <www.scielo.br/pdf/gp/v14n2/08.pdf>. Acesso em 06 de julho de 2009.

BRANDENBURG, Alfio. Sócio-ambientalismo e novos atores na agricultura. In. CALZAVARA, O.; LIMA, R. de O. (Orgs.). **Brasil rural contemporâneo: estratégias para um desenvolvimento rural de inclusão**. Londrina: Eduel, 2004, p. 253-277.

CAMARGO FILHO, W. P.; CAMARGO, F. P. de; CAMARGO, A. M. M. P. de; ALVES, H. S. Algumas considerações sobre a construção da cadeia de produtos orgânicos. **Rev. Informações Econômicas**. São Paulo/SP, v.34, n.2, p. 55-68, 2004.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável. In. CONTI, I. L.; PIES, M.; CECCONELLO, R. (Org.) **Agricultura familiar – caminhos e transições**. Passo Fundo: IFIBE, 2006, p. 174-208.

CAUME, David José. Agricultura familiar e agronegócio: falsas antinomias. **Redes**. Santa Cruz do Sul/RS, v. 14, n. 1, 2009, p. 26-44.

CORRÊA, R. L. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 1990, p.51-84.

COSTA, Janete Basso. **Processos participativos na construção da agroecologia – estudo de caso da ARPASUL**. Pelotas/UFPel (Dissertação de Mestrado), 2006. 102p.

COSTA NETO, Canrobert. Agricultura Sustentável, Tecnologia e Sociedade. In. COSTA, L. F. C.; BRUNO, R.; MOREIRA, R. J. (Orgs.) **Mundo rural e tempo presente**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 300-321.

EHLERS, Eduardo. **Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma.** São Paulo: Livros da Terra, 1996. 178p.

ELIAS, Denise. Globalização e Agricultura no Brasil. Revista **Geo UERJ.** Rio de Janeiro, n. 12, 2002, p. 23-32.

_____. O meio técnico-científico-informacional e a reorganização do espaço agrário nacional. In. MARAFON, G. J.; RUA, J.; RIBEIRO, M. A. **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária.** Rio de Janeiro: Eduerj, 2007, p. 49-66.

FERRAZ, J. M. G.; SILVEIRA, M. A. Multifuncionalidade da agricultura e agroecologia: gestão integrativa socioambiental da produção familiar. **Revista Brasileira de Agroecologia** (Resumos do I Congresso Brasileiro de Agroecologia). Porto Alegre, v.01, n.01, nov.2006, p.811-814.

FINATTO, Roberto Antônio.; SALAMONI, Giancarla. Agricultura familiar e agroecologia: perfil da produção de base agroecológica do município de Pelotas/RS. Revista **Sociedade & Natureza.** Uberlândia/MG, v.20, n.02, dez/2008, p. 199-217.

FINATTO, Roberto Antônio; CORRÊA, Walquiria. K. Desafios e perspectivas para a comercialização de produtos de base agroecológica – o caso do município de Pelotas/RS. **Revista Brasileira de Agroecologia.** Porto Alegre, 5(1):95-105 (2010).

GALVÃO, Maria do Carmo Corrêa. **As múltiplas facetas do espaço agrário contemporâneo no Brasil.** Anais do Seminário O ensino da geografia de 1 e 2 graus frente as transformações globais. Rio de Janeiro, 1995.

GARCIA, D. C.; SANTOS, L. A. Análise-diagnóstico da agricultura de Pelotas. In. NETO, B. S.; BASSO, D. (Org.) **Sistemas agrários do Rio Grande do Sul – análise e recomendação de políticas públicas.** Ijuí: Ed. Unijuí, 2005, p. 241-247.

GASKELL, George. Entrevistas Individuais e grupais. In. BAUER, W. B.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som.** Petrópolis: Vozes, 2003, p. 64-89.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável.** Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2005. 653 p.

GRANDO, M. Z. **Pequena agricultura em crise – o caso da colônia francesa no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 1989. 209p.

GRAZIANO DA SILVA, J. **Tecnologia e agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003. 238 p.

GUANZIROLI, Carlos et al. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Guaramond, 2001, p. 15-112.

HESPANHOL, R. A. de M. Agroecologia – limites e perspectivas. In. ALVES, A. F.; CORRIJO, B. R.; CANDIOTTO, L. Z. P. (Orgs.) **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 117-136.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em 03 de fevereiro de 2009.

INSTITUTO TÉCNICO DE PESQUISA E ASSESSORIA – ITEPA. Banco de Dados da Zona Sul. Pelotas/RS: EDUCAT, 2008. 156p.

JEAN, Bruno. A forma social da agricultura familiar contemporânea: sobrevivência ou criação da economia moderna. **Cadernos de Sociologia**. Porto Alegre, p. 51-75, 1994.

LAMARCHE, Huges. **Agricultura familiar: Comparação Internacional**. Campinas/SP: Ed: Unicamp, 1993. 336p.

LAMARCHE, Huges. **Agricultura Familiar: do mito à realidade**. Campinas/SP: Ed. Unicamp, 1998. 348 p.

MARAFON, Gláucio. Permanências e mudanças no campo: uma leitura sobre as transformações recentes no espaço rural fluminense. In. MENDONÇA, F.; LOWENSAHR, C. L.; SILVA, M. da (Org.) **Espaço e Tempo: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico**. Curitiba: ADEMADAN, 2009, p. 329-347.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA. Disponível em <<http://www.mda.gov.br>> Acesso em 26 de outubro de 2009.

MONTIBELLER Fº, Gilberto. **O Mito do Desenvolvimento Sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias**. 3ª. Ed. rev. e atual. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008. 316p.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico**. São Paulo: Contexto, 2007, p.41-57.

NAVARRO, Zander. “Nunca cruzaremos este rio” - A estranha associação entre o poder do atraso, a história lenta e a “sociologia militante”, e o ocaso da reforma agrária no Brasil. **Redes**. Santa Cruz do Sul, v. 13, n. 2, mai/ago. 2008, p. 5-51.

PANIS, Marcelo. **O patrimônio cultural e as novas territorialidades turísticas em comunidades rurais**: uma realidade emergente no Distrito de Rincão da Cruz – município de Pelotas/RS. In. I Encontro Internacional sobre Gestão em Turismo. Ouro Preto/MG. 2008.

PIES, Marcelino. Desafios à agricultura familiar na construção de um desenvolvimento sustentável. In. TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura Familiar – realidades e perspectivas**. Passo Fundo/RS: UPF, 2006, p. 101-129.

SALAMONI, Giancarla. **Produção familiar integrada ao CAI brasileiro – A produção de pêssego no município de Pelotas/RS**. (Dissertação de mestrado) UNESP/Rio Claro, 1993. 290p.

SALAMONI, Giancarla. **Produção familiar**: possibilidades e restrições para o desenvolvimento sustentável – o exemplo de Santa Silvana – Pelotas – RS. (Tese de doutorado) UNESP/Rio Claro, 2000.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2008. 170p.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4ªed. São Paulo: Edusp, 2008b. 367p.

SAQUET, A. A. Reflexões sobre a agroecologia no Brasil. In. ALVES, A. F.; CORRIJO, B. R.; CANDIOTTO, L. Z. P. (Orgs.) **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 137-153.

TEIXEIRA, S. S.; MACHADO, A. L. T.; REIS, A. V. dos; OLDONI, A. Caracterização da produção agroecológica do sul do Rio Grande do Sul e sua relação com a mecanização agrícola. **Rev. Engenharia Agrícola**, v. 29, p. 162-171, 2009.

VEIGA, José Eli. Problemas da transição à agricultura sustentável. **Estudos Econômicos**, São Paulo, vol. 24, nº. especial, 1994, p. 9-24.

WANDERLEY, M. de N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedades e Agricultura**. Rio de Janeiro, nº 15, UFRRJ/CPDA, p. 87-146. 2000.

_____. Raízes históricas do campesinato no Brasil. In. TEDESCO, J. C. (Org.) **Agricultura Familiar** – realidades e perspectivas. Passo Fundo/RS: UPF, 2001, p. 337-365.

_____. **Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade.** Estudos Sociedade e Agricultura (UFRJ), Rio de Janeiro/RJ, v. 21, p. 42-61, 2003.

***Recebido em 03/08/2010**

Aceito para publicação em 28/01/2011